
Ventos de Santa Brígida V
Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 18 de março de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Vinicius Ferreira Britto Rego', written over a faint, illegible stamp.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
(Atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.**Balço patrimonial****Em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.052	1.511	Fornecedores (Nota 11)	991	298
Contas a receber (Nota 7)	2.009	2.336	Contas a pagar – CCEE (Nota 12)	4.734	2.545
Partes relacionadas (Nota 8)	495	562	Dividendos a pagar (Nota 8)	1.625	1.625
Impostos a recuperar	136	56	Partes relacionadas (Nota 8)	13.583	12.019
Outros ativos (Nota 9)	781	189	Obrigações fiscais e trabalhistas	154	135
Total do ativo circulante	7.473	4.654	Arrendamentos a pagar (Nota 13)	111	99
			Outros passivos	11	8
			Total do passivo circulante	21.209	16.729
Não circulante			Não circulante		
Intangíveis (Nota 10)	4	1	Contas a pagar - CCEE (Nota 12)	2.833	2.263
Imobilizado (Nota 10)	95.466	102.023	Partes relacionadas (Nota 8)	17.910	25.310
Total do ativo não circulante	95.470	102.024	Impostos diferidos (Nota 19)	8.900	7.649
			Provisão para desmobilização (Nota 14)	4.274	3.629
			Arrendamentos a pagar (Nota 13)	2.851	2.858
			Total do passivo não circulante	36.768	41.709
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Capital social	53.573	52.073
			Prejuízos acumulados	(8.607)	(3.833)
				44.966	48.240
Total do ativo	102.943	106.678	Total do passivo e do patrimônio líquido	102.943	106.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Operações continuadas		
Receita líquida da venda de energia (Nota 16)	19.156	17.786
Custos de operação (Nota 17)	<u>(13.577)</u>	<u>(13.345)</u>
Lucro bruto	5.579	4.441
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(791)	(45)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>4.788</u>	<u>4.396</u>
Despesas financeiras (Nota 18)	(8.436)	(8.674)
Receitas financeiras (Nota 18)	125	259
	<u>(8.311)</u>	<u>(8.415)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(3.523)</u>	<u>(4.019)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	(1.251)	(1.331)
Prejuízo do exercício	<u>(4.774)</u>	<u>(5.350)</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$ mil	<u>(0,09)</u>	<u>(0,10)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(4.774)	(5.350)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>(4.774)</u>	<u>(5.350)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros	Incentivos Fiscais		
Em 1º de janeiro de 2020	52.073	342	1.103	72		53.590
Prejuízo do exercício					(5.350)	(5.350)
Destinações:						
Reversão de reservas		(342)	(1.103)	(72)	1.517	
Em 31 de dezembro de 2020	52.073				(3.833)	48.240
Integralização de capital (Nota 15)	1.500					1.500
Prejuízo do exercício					(4.774)	(4.774)
Em 31 de dezembro de 2021	53.573				(8.607)	44.966

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.523)	(4.019)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício		
Depreciação e amortização (Nota 17)	6.877	6.864
Baixas de imobilizado e intangível (Nota 10)	672	1.368
Atualização provisão para desmobilização (Nota 18)	645	682
Despesas financeiras com arrendamento (Nota 18)	223	210
Juros s/cessão de recebíveis (Nota 18)	7.480	7.731
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber de cliente	327	(40)
Impostos a recuperar	(80)	130
Outros ativos	(592)	(126)
Partes relacionadas	(447)	(1.195)
Fornecedores	693	(1.929)
Contas a pagar – CCEE	2.759	3.148
Obrigações fiscais e trabalhistas	19	(13)
Outros passivos	3	1
Caixa gerado pelas atividades operacionais	15.056	12.812
Juros pagos	(7.480)	(7.731)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.576	5.081
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e ao intangível (Nota 10)	(890)	(855)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(890)	(855)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas – pagamento de principal	(5.322)	(6.289)
Pagamentos de arrendamento (Nota 13)	(323)	(334)
Integralização de capital (Nota 15)	1.500	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.145)	(6.623)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.541	(2.397)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.511	3.908
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4.052	1.511
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.541	(2.397)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Ventos de Santa Brígida V Energia Renováveis S.A. – (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2013, com sede na cidade de Caetés – PE, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Brígida V. A Companhia é controlada pela Ventos de São Tomé Holding S.A.

Em 25 de dezembro de 2015, a Companhia entrou em operação comercial, conforme despacho nº 4.139, de 24 de dezembro de 2015, emitido pela ANEEL.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

<u>Eólica</u>	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade Instalada MW</u>	<u>Energia Assegurada MWh/ano</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Brígida V	Pernambuco	Caetés	28,9	131.616	Janeiro de 2016	Dezembro de 2035

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de março de 2022.

(a) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 13.736 (2020 - R\$ 12.075), devido principalmente ao saldo entre partes relacionadas impactado essencialmente pelo contrato de cessão de recebíveis entre a companhia e sua controladora Ventos de São Tomé Holding devido à modelagem de financiamento adotado junto ao BNDES/Debentures de Infraestrutura, e também devido às contas de ressarcimento (CCEE).

Tendo em vista o não atingimento dos níveis de geração de energia contratada nos últimos anos, a Companhia tem atuado fortemente para maximizar o nível de disponibilidade técnica dos ativos e desde 2020 já vem alcançando uma melhoria significativa nesse sentido

A Companhia faz parte do Grupo Cubico e, em linha com os objetivos estratégicos, possui acesso aos recursos necessários para honrar os compromissos da Companhia em caso de eventuais necessidades de caixa. A Companhia possui compromisso formal de sua controladora de prover, caso necessário, suporte financeiro para o bom andamento de suas operações.

(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ratifica que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

(c) Contrato de Energia de Reserva – CER

A Companhia firmou, em 04 de agosto de 2014, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de janeiro de 2016, ao preço de R\$ 135,32, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A partir 1 de janeiro de 2016, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

O limite contratual aceito, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado, observando-se que quando o fornecimento estiver entre 90% e 100% será aplicada uma penalidade de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019.

Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor do contrato que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de setembro do ano corrente até agosto do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum efeito significativo, além dos valores já registrados, a ser reconhecido em decorrência dos critérios mencionados anteriormente.

2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social da Companhia se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras e passivo de arrendamento que são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(b) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva – CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Administração avalia os seus ativos financeiros e identificou que não existem impactos de *impairment* a serem reconhecidos, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, histórico ou expectativa de perdas.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 10, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5).

2.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 2021 e 2020, não foram identificados indicativos de perdas.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.7 Arrendamentos operacionais

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque eólico.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

A Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 13.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Provisão para desmobilização

A Companhia reconhece provisão para desmobilização referente às obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

2.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia adota o regime do lucro real.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.13 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

Incentivo Federal

A Sociedade é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No ano de 2016 a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2025. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

2.14 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22

A Companhia avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos,

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

2.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras:

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que às cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permanecem inalteradas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem.

(b) Conta de ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(c) Provisão para desmobilização

Reconhecimento da obrigação futura pelo valor justo dos custos associados ao encerramento do ativo explorado.

(d) Valor justo do passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Acima de três anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores	991		
Partes relacionadas	13.583	3.677	14.233
Arrendamentos	111	120	2.731
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	298		
Partes relacionadas	12.019	5.124	20.186
Arrendamentos	99	107	2.751

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total das obrigações com partes relacionadas (Nota 8)	31.493	37.329
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(4.052)</u>	<u>(1.511)</u>
Dívida líquida (a)	<u>27.441</u>	<u>35.818</u>
Total do patrimônio líquido	<u>44.966</u>	<u>48.240</u>
Total do capital (b)	<u>72.407</u>	<u>84.058</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	38%	43%

4.3 Gestão de risco climático

A Companhia possui uma equipe de gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.4 Estimativa do valor justo

Conforme mencionado, apenas os passivos de arrendamento estão mensurados a valor justo, demais ativos e passivos estão mensurados ao custo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	4.052	1.511
Contas a receber (Nota 7)	2.009	2.336
Partes relacionadas (Nota 8)	<u>495</u>	<u>562</u>
	6.556	4.409
Passivos		
Partes relacionadas (Nota 8)	31.493	37.329
Fornecedores (Nota 11)	<u>991</u>	<u>298</u>
	32.484	37.627
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 13)	<u>2.962</u>	<u>2.957</u>
	35.446	40.584

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Disponibilidades:</u>		
Bradesco S.A.	197	136
Santander S.A.	<u>30</u>	<u>62</u>
	227	198
<u>Aplicações financeiras (a):</u>		
Santander S.A.	<u>3.825</u>	<u>1.313</u>
	3.825	1.313
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>4.052</u>	<u>1.511</u>

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

7 Contas a receber

De acordo com o contrato de energia de reserva – CER, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela Companhia desde o primeiro quadriênio até o término do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Conforme o CER, a apuração do saldo acumulado da energia (energia faturada e o montante efetivamente disponibilizado) será feita em dois processos, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quadriênio, sendo que no último ano de cada quadriênio, ambos processos serão realizados.

O saldo acumulado de energia, anualmente apurado, observará a faixa de tolerância a qual limita a geração a uma margem inferior a até 10% (dez por cento) abaixo do valor da energia contratada referente ao período considerado e uma margem superior de até 30% (trinta por cento) acima do valor da energia contratada aplicável no mesmo período. Sendo a geração que supere estes limites considerada fora da faixa de tolerância. Os valores a receber em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão assim compostos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber referente a venda de energia(a)	2.003	1.826
Contas a receber – MCP (b)	<u>6</u>	<u>510</u>
Total circulante	<u>2.009</u>	<u>2.336</u>

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para a CCEE relativa ao faturamento do parque eólico, à vencer em janeiro de 2022.
- (b) Refere-se a energia disponibilizada no mercado de curto prazo da CCEE (MCP), energia essa é liquidada mensalmente pelo preço de diferenças (PLD) do período e atualizada monetariamente quando da não liquidação mensal.

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Partes Relacionadas

Ativo circulante	Operação	2021	2020
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	495	562
Passivo circulante	Operação	2021	2020
Ventos de São Tomé Holding S.A	Nota de débito (a)	109	24
Ventos de Santa Brígida VII	Nota de débito (a)	22	8
Ventos de São Tito Holding S.A.	Nota de débito (a)	3	
Ventos de Santo Onofre I	Nota de débito (a)		35
MS Participações Societárias S.A	Nota de débito (a)		173
Eólica Bela Vista Geração e Comerc. de Energia S.A.	Nota de débito (a)		2
Eólica Icarai Geração e Comerc. de Energia S.A.	Nota de débito (a)		1
Cubico Brasil	Nota de débito (a)	144	
Ventos de São Tomé Holding S.A.	Cessão de recebíveis (b)	13.305	11.776
		13.583	12.019
Passivo não circulante	Operação	2021	2020
Ventos de Santa Brígida VII	Nota de débito (a)	251	801
Ventos de São Tomé Holding S.A	Cessão de recebíveis (b)	17.659	24.509
		17.910	25.310
Dividendos a pagar	Operação	2021	2020
Ventos de São Tomé Holding S.A	Dividendos (c)	1.625	1.625
Despesas financeiras	Operação	2021	2020
Ventos de São Tomé Holding S.A	Cessão de recebíveis (b)	(7.480)	(7.731)

- (a) Refere-se a saldo da Companhia decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.
- (b) Refere-se a cessão de recebíveis pela controladora Ventos de São Tomé Holding S/A para a Companhia, para permitir os investimentos necessários à construção dos parques eólicos, com prazo de pagamento de 18 anos e taxa de juros de 0,27% a.m, conforme Nota 18 (a).
- (c) Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios distribuído nos exercícios de 2016 a 2018 e ainda não pagos.

A taxa praticada entre as partes relacionadas é reduzida uma vez que os recursos captados no grupo para financiamento de longo prazo dos projetos foram obtidos perante o BNDES com taxas reduzidas, dessa forma, a administração entende que as mesmas se aproximam da realidade no contexto do grupo. Caso a natureza e origem dos recursos fosse distinta, os efeitos na posição econômico-financeira e no resultado poderia ser diferente.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários são pagos pelo acionista.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Outros ativos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento a fornecedores	21	1
Despesas antecipadas – manutenção aerogeradores (a)	451	
Seguros a apropriar		
Responsabilidade civil	7	5
Riscos operacionais	<u>302</u>	<u>183</u>
	<u>781</u>	<u>189</u>

a) Refere-se a fatura trimestral antecipada do contrato de manutenção de aerogeradores junto a GE Power & Walter

10 Imobilizado e intangível

	<u>2021</u>			<u>2020</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação / amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo Líquido</u>	<u>Depreciação % a.a.</u>
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	131.608	(40.661)	90.947	97.296	5
Obras em andamento				5	
Desmobilização	2.553	(766)	1.787	1.915	5
Bens em operação	46	(28)	18	25	10 a 20
Direito de uso – Arrendamentos (b)	3.221	(507)	2.714	2.782	
Projetos	<u>5</u>	<u>(1)</u>	<u>4</u>	<u>1</u>	5
Total – Imobilizado e intangível	<u>137.433</u>	<u>(41.963)</u>	<u>95.470</u>	<u>102.024</u>	

(a) Os aerogeradores estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedido pela ANEEL.

(b) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico, conforme informado na nota 13

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme mencionado na Nota 2.5, a Administração da Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios de em 2021 e 2020, não identificou indicativos de perdas a serem reconhecidas.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	<u>Aerogeradores e estrutura do parque eólico</u>	<u>Desmobilização</u>	<u>Arrendamentos (*)</u>	<u>Bens em operação</u>	<u>Projetos</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>							
Em 1º de janeiro de 2020	134.929	2.553	2.860	23	2		137.367
Aquisições	827		256	23		5	1.111
Baixas (a)	(1.368)						(1.368)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>131.388</u>	<u>2.553</u>	<u>3.116</u>	<u>46</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>137.110</u>
Aquisições	887		105		3		995
Transferências	5					(5)	
Baixas	(672)						(672)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>131.608</u>	<u>2.553</u>	<u>3.221</u>	<u>46</u>	<u>5</u>		<u>137.433</u>
<u>Depreciação</u>							
Em 1º de janeiro de 2020	(27.529)	(511)	(167)	(14)	(1)		(28.222)
Depreciação	(6.563)	(127)	(167)	(7)			(6.864)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(34.092)</u>	<u>(638)</u>	<u>(334)</u>	<u>(21)</u>	<u>(1)</u>		<u>(35.086)</u>
Depreciação	(6.569)	(128)	(173)	(7)			(6.877)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(40.661)</u>	<u>(766)</u>	<u>(507)</u>	<u>(28)</u>	<u>(1)</u>		<u>(41.963)</u>
<u>Saldo contábil, líquido</u>							
Em 31 de dezembro de 2020	<u>97.296</u>	<u>1.915</u>	<u>2.782</u>	<u>25</u>	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>102.024</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>90.947</u>	<u>1.787</u>	<u>2.714</u>	<u>18</u>	<u>4</u>		<u>95.470</u>

(*) O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 (R2) não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores Cust	98	87
GE Water e Proc Technologies do Brasil		55
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A		124
Infratec Soluções		16
Ricardo Henrique Rodrigues Almeida		6
New Wind Comercio de Máquina e Montagem	101	
Saraiva equipamentos Ltda	58	
GE Power & Water Equip e Serv	45	
Saraiva equipamentos Ltda	668	
Outros	21	10
Total circulante	<u>991</u>	<u>298</u>

12 Contas a pagar CCEE

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Câmara de Comercialização de Energia (a)	7.567	4.808
Total	<u>7.567</u>	<u>4.808</u>
Circulante	4.734	2.545
Não circulante	2.833	2.263
Total	<u>7.567</u>	<u>4.808</u>

- (a) Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CER. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. No fechamento do último ano de suprimento pela CCEE ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais que são feitos em 12 parcelas não seriam realizados até uma definição por parte da Aneel sobre a questão do *constrained-off*, a Companhia manteve o valor de R\$ 4.372 (2020: R\$ 2.279) referente aos ressarcimentos não efetuados no passivo circulante.

13 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, com prazo médio de 46 anos, o valor de direitos de uso reconhecidos no ativo imobilizado está especificado na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 11 contratos de arrendamentos e reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na Nota 2.8.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,02% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.825
Remensuração (a)	256
Juros apropriados	210
Pagamentos	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.957
Remensuração (a)	105
Juros apropriados	223
Pagamentos	(323)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.962
Circulante	111
Não Circulante	2.851

- (a) A Companhia revisa periodicamente os contratos de arrendamento. A remensuração ocorrida decorrente da mudança dos valores estimados para o fluxo de pagamentos futuros de acordo com a performance de geração/receita.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2021	2020
Até 12 meses	111	99
13 a 24 meses	120	107
25 a 36 meses	130	115
37 a 48 meses	140	125
48 a 60 meses	152	135
acima 61 meses	2.309	2.376
Total	2.962	2.957

Resultado com arrendamento

Impactos na demonstração do resultado	2021	2020
Despesas com depreciação e amortização	(173)	(167)
Despesas financeiras	(223)	(210)
Total - impacto na despesa líquida	(396)	(377)

14 Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$4.274 (2020: R\$ 3.629) registrada no passivo não circulante.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 53.573 (2020: R\$ 52.073) e está representado por 53.572.750 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

<u>Acionista</u>	<u>Capital</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Ventos de São Tomé Holding S.A.	53.573	53.572.750	100

(b) Aumento e redução de Capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

Em 30 de dezembro de 2021, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) mediante a emissão de 1.500 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 52.073 para R\$ 53.573. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

(c) Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia.

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havendo, portanto, destinação de lucros.

16 Receita líquida de vendas de energia

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Receita bruta de vendas</u>		
Venda de energia (a)	19.883	18.459
<u>Impostos sobre vendas</u>		
Pis / Cofins	(727)	(673)
Total	<u>19.156</u>	<u>17.786</u>

(a) Energia vendida junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica pelo contrato de energia de reserva.

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Custo operacional e despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depreciações e amortizações	(6.877)	(6.865)
Encargos de uso do sistema de transmissão – CUST (a)	(1.106)	(1.027)
Apoio operacional e manutenção	(4.844)	(4.815)
Gastos com pessoal (b)	(795)	(229)
Serviços de terceiros	(250)	(116)
Despesas com seguros	(293)	(253)
Despesas de viagens	(26)	
Despesas gerais	(177)	(85)
Total	<u>(14.368)</u>	<u>(13.390)</u>
<u>Classificados como:</u>		
Custos de operação	(13.577)	(13.345)
Despesas gerais e administrativas	(791)	(45)
Total	<u>(14.368)</u>	<u>(13.390)</u>

- (a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.
(b) O incremento de gastos com pessoal é decorrente de novo critério de rateio dos gastos com pessoal em 2021.

18 Receitas e despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(8)	(10)
Juros de cessão de recebíveis (a)	(7.480)	(7.731)
Atualização provisão para desmobilização	(645)	(682)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(6)	(12)
Atualização financeira arrendamentos	(223)	(210)
Juros passivos	(34)	
Variação cambial passiva	(4)	
Outras despesas financeiras	(36)	(29)
Total de despesas financeiras	<u>(8.436)</u>	<u>(8.674)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	69	65
Juros ativos	56	97
Outras receitas financeiras		97
Total de receitas financeiras	<u>125</u>	<u>259</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.311)</u>	<u>(8.415)</u>

- (a) Refere-se aos juros decorrentes do contrato de cessão de recebíveis com a Ventos de São Tomé Holding S.A (Nota 8).

Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do IR e CS	(3.523)	(4.019)
(+) Adições (temporárias e permanentes) (i)	890	815
(-) Exclusões (temporárias e permanentes) (i)	(4.737)	(4.800)
(=) Prejuízo fiscal	<u>(7.370)</u>	<u>(8.004)</u>

(i) Os ajustes temporários referem-se basicamente a adições de provisões e exclusões de diferenças de depreciação contábil/ fiscal

O imposto de renda e a contribuição social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício se referem também ao IR e CSLL diferidos. Tal valor foi calculado com base nas diferenças temporárias de adições e exclusões ao lucro real.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ajustes temporários, líquidos acumulados	<u>26.601</u>	<u>22.850</u>
IRPJ – 15% e adicional 10%	<u>6.506</u>	<u>5.592</u>
CSLL– 9%	<u>2.394</u>	<u>2.057</u>
Saldo passivo acumulado	<u>8.900</u>	<u>7.649</u>
Efeito no resultado do exercício	<u>1.251</u>	<u>1.331</u>

20 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil geral, no montante de R\$ 237.563 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos na operação.

21 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *